

Notas acerca da atualidade do Manifesto comunista de 1848

JOSÉ FLÁVIO BERTERO*

O *Manifesto* está dividido em quatro partes: 1) burgueses e proletários; 2) proletários e comunistas; 3) literatura socialista e comunista; 4) posição dos comunistas face aos diversos partidos de oposição. Nos ateremos, em nossas digressões, à primeira parte. Mesmo assim, com limitações.

Diremos, de início, que o socialismo, enquanto possível histórico, não acabou. Continua a espreitar o mundo. Simplesmente porque a história não acabou. Não só não acabou como prossegue tendo por protagonistas as classes sociais, que também não acabaram. Pois sem elas não há capital nem a sociedade em que é mandatário o capitalista.

As evidências de que ambas existem são muitas. Uma das mais notáveis é a crise pela qual passam há mais de duas décadas. Crise essa, vale notar, clássica, quer dizer, de excesso de capital. E capital, como se sabe, não é coisa e sim relação social: de classes, as quais não existem sem luta. Tampouco são fixas, mas se refazem permanentemente. Esse refazer não é senão o refazer da vida social e por conseguinte, da história. História e sociedade são indissociáveis. Têm em comum os mesmos protagonistas: as classes sociais, seus sujeitos.

Diremos, de início, que o socialismo, enquanto possível histórico, não acabou.

Mais do que isso. Jamais a mudança social foi tão intensa e veloz como o é nos tempos atuais. Haja vista o que se passa com a produção. A indústria, por exemplo, ademais de reestruturar-se em escala mundial, universaliza-se, estendendo-se ao campo e aos serviços. O campo, aliás, não apenas se industrializa, à medida que incorpora a base técnica de cunho indus-

trial, mas se desruraliza mediante a mercantilização das suas relações sócio-econômicas, que, ao mesmo tempo que o integra à sociabilidade capitalista, provoca o esvaziamento populacional do seu meio. Em contrapartida, urbaniza-se, incorporando o estilo de vida da cidade. Estreitam-se, dessa maneira, os nexos entre cidade e campo. Para ser mais preciso, na verdade ocorre entre eles uma síntese, superior, por meio da qual o campo se converte num prolongamento da cidade que vive sob uma nova era, a da eletrônica, cuja aplicação tecnológica lhe imprime uma autêntica revolução, denominada por alguns analistas terceira revolução industrial.

Se as duas primeiras revoluções que a antecederam foram causadas pela energia — respectivamente o vapor e a eletricidade — a em curso atualmente ancora-se basicamente na informática. Certo é que as suas primeiras formas de manifestação foram o telégrafo elétrico, o telefone, o gramofone, o cinema, o rádio e a televisão. Todavia, o computador foi sem dúvida o seu ponto culminante. Isso porque o computador é único em sua capacidade de manipular e transformar informações e, portanto, de desempenhar, automaticamente e sem intervenção humana, funções antes realizadas pelo cérebro humano. Tal fato certamente desqualifica ainda mais o trabalho, tornando-o mais indiferenciado, quer dizer, mais simples. Motivo pelo qual não se pode falar em crise do trabalho, muito menos do trabalho abstrato, que nada mais é do que o trabalho simples, o qual tende a se universalizar.

Por outro lado, é oportuno dizer, mesmo que de passagem, que sem trabalho não há capital — que é produto de trabalho anterior não pago, a respeito do qual em 1848, época da redação do *Manifesto*, Marx ainda não tinha um conceito preciso, cientificamente elaborado. O que só acontecerá depois de 1857-58. O mesmo sucede com o conceito de proletariado, o qual também não havia sido devidamente elaborado.

Voltemos, entretanto, à categoria trabalho. Vimos que sem ela não há capital. Ao que acrescentamos, agora, que sem ela não é possível sequer nos mantermos vivos. Porquanto ainda não inventamos outro meio de obter as condições indispensáveis à nossa existência que

* Professor doutor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, *campus* de Araraquara, Unesp.

não através do trabalho. Basta mencionarmos que o trabalho é ao mesmo tempo criador de valor e de valor de uso, onde aquele se materializa e sem o qual não podemos atender as nossas necessidades mais elementares; nem realizar a troca por meio da qual suprimos as tais necessidades e nos inserimos na sociabilidade capitalista que, não é demais esclarecer, se define nela, troca, através da forma valor. Sociabilidade essa que, se já não invadiu, tende a invadir os vários recantos do mundo, desde os mais longínquos e aparentemente isolados, até os que a renunciavam, como é o caso dos ex-países socialistas.

Se as duas primeiras
revoluções que a antecederam
foram causadas pela energia —
respectivamente o vapor e a
eletricidade — a em curso
atualmente ancora-se
basicamente na informática.

Com efeito, a menos que se queira erigir em apolo-gista da ordem social capitalista, não é lícito pregar o fim do trabalho. Até porque, sem trabalho não há materialismo. Esse implodiria. Daí a incongruência dos que decretam a morte daquela categoria e querem preservar o materialismo. Poucos dos que assim procedem admitem o seu antimaterialismo, porque não dizer o seu idealismo. Ora, o *Manifesto* nada mais é do que a reiteração dos princípios do materialismo histórico, firmados por Marx e Engels desde *A ideologia alemã*, em 1845-46. Princípios esses que, a nosso ver, se mantêm.

É bom explicitar que não há nisso nenhum elogio ao trabalho assalariado, que é alienado e alienante e que precisa ser extirpado. Porém, não mecanicamente, consoante pretendem muitos dos que decretam o fim do trabalho hoje. Mas sim mediante lutas sociais. Estamos novamente no terreno do materialismo histórico, cujo princípio básico é “a história de toda sociedade até os nossos dias tem sido a história da luta de classes”. Não há história sem sujeito, já o sabemos. Bem como sabemos que o seu sujeito são as classes sociais, que não existem senão em luta e as quais estão em constantes mutações.

Mutações, notem bem, e não extinções. Nem burguesia nem proletariado dissolveram-se no ar.

Permanecem, mais do que nunca, vivas e postas pelo capital, esse sujeito automático, cujo movimento de auto-reposição, repõe, entre outras coisas, as classes sociais, seu fundamento. O que ocorre, cabe aclarar, num nível mais amplo, global, que é o nível da reprodução social, o qual se dá às custas dos personificadores das relações sociais, empresários e trabalhadores, personagens da vida imediata, isto é, cotidiana. O capital, ao se autonomizar, subsume tanto uns quanto outros. Afeta não só as suas condições objetivas de vida, como as suas subjetividades.

Pensemos na massa de desempregados ou subempregados, que assombra o mundo hoje e cujos membros engrossam as fileiras do exército de reserva. Seja como soldados deste, seja como indivíduos, os componentes dessa massa têm a sua existência determinada pelo capital. Não é diferente o caso dos empregados, precários ou não. Tampouco o é, no tocante a esse aspecto, o caso da burguesia. Também ela tem a sua existência imposta pelo capital. Nem pode ser de outra maneira. Pois, sob o capitalismo, tudo gira em torno daquele senhor: indivíduos, classes, etc. Ambos são postos socialmente por ele. Tendem a ocupar lugares distintos na organização social. Distintos e opostos, no caso das classes. Oposição que não se restringe às relações interclasses, mas que se estende às relações intraclasses. Observemos que o proletariado concorre entre si por emprego, fato que, além de comprimir os salários de seus integrantes, os induz ao individualismo. A burguesia, por sua vez, compete entre si, sobretudo pela apropriação do excedente. Muitas vezes, essa competição é tão acirrada quanto a que ela trava com o proletariado. Tanto é assim que não raro os seus componentes se eliminam mutuamente. Uma de suas armas prediletas nessas lutas é o progresso técnico. É essa a razão pela qual ela não pode sobreviver sem revolucionar constantemente as condições de realização da produção.

Isso, evidentemente, imprime um dinamismo às forças produtivas. Aumenta, em decorrência, a produtividade social, que acarreta a elevação da composição do capital, cujas conseqüências principais são: 1) exclusão de pessoas do e pelo processo produtivo; 2) aprofundamento da concentração, centralização e da fragmentação do capital; 3) compressão da taxa de lucro, proveniente do excesso de capital materializado mormente em meios de produção, do que resultam crises periódicas, em regra as grandes responsáveis pelo desemprego e subemprego que, vira e mexe, assolam a sociedade capitalista. Revela-se, agora, a face perversa desta sociedade. Desemprego e subemprego que, comumente, se fazem acompanhar pela pobreza e miséria, seus produtos inevitáveis. Só na aparência ela é demo-

crática. A esse respeito, vale notar que nunca ou raras vezes ela foi tão excludente como o é nos dias que correm: cerca de oitocentos milhões de desempregados, para não falar dos subempregados de toda espécie: trabalhadores em tempo parcial, temporários, sem vínculos empregatícios, com jornadas de trabalho desregulamentadas, que se tornaram corriqueiras. Por outro lado, poucos, mas gigantescos grupos econômicos, os quais formam verdadeiros blocos de capital, centralizam em suas mãos parcela majoritária da riqueza gerada e do poder social, a ponto de ditarem regras para o conjunto da humanidade. A pobreza e a miséria deixaram de ser fenômenos típicos dos países subdesenvolvidos. Espalharam-se por todo o mundo.

Não é lícito pregar o fim do trabalho. Até porque, sem trabalho não há materialismo. Esse implodiria.

Põe-se às claras a determinação social das pessoas. Nem mesmo o acionista ou o especulador financeiro escapam dessa racionalidade. Não é a propriedade jurídica que lhes garante a apropriação da mais-valia sob a forma de lucro ou juro. E sim o movimento efetivo do capital. Aliás, o lucro e o juro, bem como o salário, decorrem desse movimento. A aparente autonomia atribuída aos acionistas e financeiros pela propriedade jurídica não muda a maneira pela qual o excedente é extraído. Não muda, consequentemente, o modo de reposição social. Ao contrário, evidencia a contradição entre o trabalho e o capital e entre a socialização da produção e privacidade da apropriação social. Não importa se esta ocorre por meio de ações ou não. Ele apropria-se do excedente como representante de uma forma de capital. E só pode fazê-lo, porque há excedente, ou seja, mais-valia, a qual é gerada pelo seu opositor, o trabalhador coletivo, cujos membros se apropriam do produto social na forma de salários. O que também é válido para os gerentes, engenheiros, técnicos, etc. A mesma coisa

sucedendo com os assalariados das empresas prestadoras de serviços.

Se por proletário se entende, após *o Manifesto*, os assalariados que, com seu trabalho, valorizam o capital e, tão logo se tornam desnecessários a essa valorização, são atirados no olho da rua, vindo a incrementar as fileiras dos soldados do exército de reserva, pode-se dizer que tais trabalhadores descritos são proletários. Objetivamente, estão a serviço do capital, valorizando-o. E só podem fazê-lo, porque são membros desse organismo social que é o trabalho coletivo ou abstrato. Fato que lhes confere identidade de classe.

Vê-se que o proletariado não acabou. Antes pelo contrário, ele tem uma maior abrangência, em escala nacional e internacional. Razão por que persiste atual o apelo: “Proletários de todos os países, uni-vos”.

Vê-se que o proletariado não acabou. Antes pelo contrário, ele tem uma maior abrangência, em escala nacional e internacional. Razão por que persiste atual o apelo: “Proletários de todos os países, uni-vos”. A eles deverão se unir, acrescentamos nós, além dos desempregados e subempregados, os pequenos produtores e comerciantes descapitalizados e empobrecidos, quando não já semiproletarizados.

